



# Ata de Audiência Pública

## 2º Quadrimestre de 2022

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2022, com início às 18:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à presente reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS do Segundo Quadrimestre de 2022** do Município de Natividade da Serra.

#### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

**ART. 9º....**

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

#### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

### CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

### A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.



## ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

### (A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>31.892.450,00</b>	<b>25.898.637,52</b>	<b>81,21%</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.060.500,00	1.037.428,20	50,35%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	140.000,00	83.428,54	59,59%
RECEITA PATRIMONIAL	210.800,00	725.185,03	344,02%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.981.350,00	27.372.104,77	80,55%
(CONTAS REDUTORAS)	(4.556.200,00)	(3.531.034,05)	77,50%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.000,00	211.525,03	377,72%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>19.000,00</b>	<b>1.787.995,77</b>	<b>9.410,50%</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.000,00	1.787.995,77	19.866,62%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>31.911.450,00</b>	<b>27.686.633,29</b>	<b>86,76%</b>

### (B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>32.342.678,90</b>	<b>20.487.656,21</b>	<b>63,35%</b>
PESSOAL E ENCARGOS	16.543.018,77	10.814.441,46	65,37%
JUROS/ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.798.660,13	9.673.214,75	61,23%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.367.896,71</b>	<b>2.636.437,38</b>	<b>35,78%</b>
INVESTIMENTOS	6.126.896,71	1.814.651,47	29,62%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.241.000,00	821.785,91	66,22%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	211.718,88	0,00	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>39.711.294,49</b>	<b>23.124.093,59</b>	<b>58,23%</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B) - SUPERÁVIT</b>		<b>4.562.539,70</b>	<b>16,48%</b>

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima apresentou **superávit da ordem de R\$ 4.562.539,70 (16,48%)**, atendendo ao estabelecido nas Leis Orçamentárias – PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

## ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

**RECEITA FISCAL LÍQUIDA** - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

**DESPESA FISCAL LÍQUIDA:** trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).



**RESULTADO PRIMÁRIO**

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	31.892.450,00	25.898.637,52	81,21%
RECEITAS DE CAPITAL	19.000,00	1.787.995,77	9.410,50%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>31.911.450,00</b>	<b>27.686.633,29</b>	<b>86,76%</b>
<b>DEDUÇÕES</b>			
(-) RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	146.600,00	692.119,74	472,11%
(-) RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE ATIVOS	10.000,00	0,00	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>156.600,00</b>	<b>692.119,74</b>	<b>441,97%</b>
<b>RECEITA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>31.754.850,00</b>	<b>26.994.513,55</b>	<b>85,01%</b>
DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	32.342.678,90	20.487.656,21	63,35%
<b>DEDUÇÕES</b>			
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>32.341.678,90</b>	<b>20.487.656,21</b>	<b>63,35%</b>
DESPESAS DE CAPITAL	7.367.896,71	2.636.437,38	35,78%
<b>DEDUÇÕES</b>			
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.241.000,00	821.785,91	66,22%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>6.126.896,71</b>	<b>1.814.651,47</b>	<b>29,62%</b>
<b>DESPESA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>38.468.575,61</b>	<b>22.302.307,68</b>	<b>57,98%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>		<b>4.692.205,87</b>	<b>17,38%</b>

O **SUPERÁVIT PRIMÁRIO** de R\$ 4.692.205,87 (17,38%), demonstra que durante o período, foram cumpridas as metas de Resultado Primário previstas nos instrumentos orçamentários do município (Meta Fixada na LDO 2022 = R\$ 1.143.400,00).

**ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL**

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

**RESULTADO NOMINAL**

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
<b>I - DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>5.799.241,10</b>	<b>5.039.810,07</b>
ATIVO DISPONÍVEL E HAVERES FINANCEIROS	10.161.246,54	14.005.703,46
HAVERES FINANCEIROS	18.005,52	27.945,91
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	584.333,25	0,00
<b>II - DEDUÇÕES (*)</b>	<b>9.594.918,81</b>	<b>14.033.649,37</b>
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>3.795.677,71</b>	<b>8.993.839,30</b>
<b>RESULTADO NOMINAL (B-A)</b>		<b>5.198.161,59</b>

Pelo resultado acima, **apurou-se no período redução do saldo de estoque de dívidas consolidadas do Município**, dentro dos limites constitucionais estabelecidos para o Resultado Nominal no período. (Meta Fixada na LDO 2022 = R\$ 1.455.727,00)

**DESPESAS COM PESSOAL**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
	R\$	%	R\$	%
	31.339.400,26		37.500.013,16	
<b>DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL</b>	<b>13.978.108,55</b>	<b>44,60</b>	<b>15.203.600,92</b>	<b>40,54%</b>
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)			19.237.506,75	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	16.923.276,14	54,00	20.250.007,11	54,00
DESPESA LIQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	242.864,57	0,77	258.274,41	0,69%
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	3.760.728,03	12,00	4.500.001,58	12,00

Conforme demonstrado acima, o percentual de **40,54%** obtido no período se encontra abaixo do limite para gastos com pessoal estabelecido pelo art. 20 da LC 101/2000.



## DÍVIDA CONSOLIDADA

RG

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		2º QUADRIMESTRE	
		31.339.400,26		37.500.013,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	5.799.241,10	18,50	5.039.810,07	13,44%
LIMITE LEGAL (ARTs 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	37.607.280,31	120,00	45.000.015,79	120,00

O demonstrativo comprova que o saldo da dívida a longo prazo está dentro do limite legal estabelecido pelo Senado Federal de 120% da Receita Corrente Líquida.

## CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

### SAÚDE

Descrição	Limite Legal	Aplicado (Liquidado)	Valor Aplicado a Maior/Menor
Valor Aplicado com Recursos Próprios na Saúde	2.788.699,62	4.472.368,11	1.683.668,49
Percentual Aplicado em Saúde (%)	15%	24,06%	9,06%

### EDUCAÇÃO

Descrição	Limite Legal	Aplicado (Empenhado)	Valor Aplicado a Maior/Menor
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF) – Despesa Empenhada	4.784.366,87	5.237.713,95	453.347,08
Percentual Aplicado no Ensino (%)	25%	27,37%	2,37%

### FUNDEB

Descrição	Limite Legal	Aplicado	Valor Aplicado a Maior/Menor
Valor Aplicado no Magistério	2.257.693,78	2.661.658,32	403.964,54
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	70%	82,52%	12,52%

## PUBLICAÇÕES

- Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2022.
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 4º Bimestre/2022.
- Relatórios publicados no jornal "Diário de Taubaté" Edição nº 13.934, págs 1B e 2B, de 17/09/2022.
- Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 19/09/2022.
- Edital de audiência publicado no jornal "Diário de Taubaté" Edição nº 13.930, pág. 1B de 13/09/2022.

## RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- O Município está com as finanças em equilíbrio.
- O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal.
- Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo.
- Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 2º Quadrimestre/2022.
- Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 4º Bimestre/2022.
- O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação (exceto o Fundeb).

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 29 de setembro de 2022.



LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REFERENTE AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2022, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2022, COM INÍCIO À PARTIR ÀS 18:00 HORAS, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	Marco Antonio de Campos Silva	24562321-0	
2	Patrícia A. Ferrera	30473263-1	
3	Prômio S. Almeida	45958964-7	
4	Fabiana Cip. L. Gue	43334.374.6	
5	ROBERTO GIUNTA	14649.333	
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			